

## ***Reflexões sobre o paradigma pós-moderno e os estudos históricos de gênero***

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva

Professora Associada do Departamento de História da UFRJ  
Pesquisadora do CNPq  
[andreaifrazao@ufrj.br](mailto:andreaifrazao@ufrj.br)

### **Resumo**

O artigo discute as implicações teórico-metodológicas do desenvolvimento de pesquisas históricas sobre o gênero em perspectiva pós-moderna, tais como a construção dos objetos de pesquisa, a leitura das chamadas fontes primárias, o olhar sobre a historiografia e a própria explicação dos fenômenos. Trata-se de uma síntese dos desafios que os estudos de gênero de matriz pós-estruturalista oferecem aos historiadores, em especial, aos medievalistas brasileiros.

Palavras-chave: Gênero – Pós-modernismo - Historiografia

### **Abstract**

This article discusses the theoretical-methodological implications of the development of historical research on gender in the postmodernist perspective, likewise the construction of research objects, the readings of so-called primary sources, the examination of historiography and the explanation of the phenomena in itself. It is a synthesis of the challenges that post-structuralism gender studies pose to historians, especially to Brazilian medievalists.

Keywords: Gender, Postmodernism, Historiography

## I. Introdução

O objetivo deste artigo é traçar reflexões sobre os estudos de gênero de matriz pós-moderna<sup>1</sup> no campo da pesquisa histórica. Meu foco central é discutir como a adoção deste paradigma para o estudo do gênero exige que os historiadores repensem uma série de práticas historiográficas, tais como a construção dos objetos, a visão sobre as chamadas fontes primárias e a própria explicação dos fenômenos, dentre outros aspectos<sup>2</sup>.

O material aqui apresentado se justifica por dois motivos principais, relacionados. Em primeiro, porque o campo dos estudos de gênero é “*minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambigüidades, caminho inóspito para quem procura marcos teóricos fixos e muito definidos*” (Matos 1996: 50). Logo, as reflexões teóricas sobre os estudos gênero são necessárias. Em segundo, porque como destaca Joana Pedro, em artigo publicado em 2005:

São poucas as historiadoras e os historiadores que, no Brasil, têm refletido sobre gênero como categoria de análise. O que mais se observa é seu uso em títulos de livros e de artigos. Nos textos é comum que apareçam citações de autoras como Joan Scott e Judith Butler, sendo bem rara a prática da reflexão aprofundada sobre o assunto (77).

Esta afirmativa se torna particularmente relevante quando tratamos da produção historiográfica relacionada ao medieval elaborado no Brasil, na qual o uso da própria categoria gênero ainda é raro.

Finalizando esta introdução, sublinho que as idéias apresentadas neste texto retomam alguns debates já desenvolvidos em trabalhos anteriores e resultam da leitura de diversos autores teóricos; do diálogo com outros pesquisadores; de discussões com alunos e orientandos, e de minha própria prática historiográfica. Mais do que apresentar contribuições originais sobre o tema, este artigo procura elaborar uma síntese dos desafios que os estudos de gênero de matriz pós-estruturalista oferecem aos historiadores, em especial, os medievalistas brasileiros.

## II. Definições de gênero, concepções teóricas e política

Não existe um consenso, entre os historiadores, sobre o que caracteriza o gênero. Vou exemplificar com a produção sobre o medieval elaborado por historiadores brasileiros. Em trabalho apresentado no *VIII Congresso Iberoamericano de Estudios de Género*, realizado em 2006, a partir do levantamento e a análise de textos sobre História Medieval elaborados no Brasil que empregavam o termo, verifiquei que não havia consenso, entre os autores, sobre o que definiria gênero. Neste sentido, a palavra é usada de quatro formas principais: como sinônimo de sexo ou de mulher; para denominar as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres<sup>3</sup>; como as diferenças culturais sobre o que é naturalmente característico do feminino ou do masculino, e como uma categoria de análise sem uma “essência fixada”.

Maria Clara Medina resume a controvérsia: gênero “*es una construcción social que puede variar de acuerdo a los debates teóricos que la involucran*” (1998: 20). Assim, para os que partilham do chamado paradigma iluminista<sup>4</sup>, gênero é, fundamentalmente, a construção cultural de um dado natural, os sexos, ou as relações sociais estabelecidas entre eles. Na perspectiva pós-moderna, gênero é uma categoria de análise sem essência fixada (Flax 1991: 221), que é, ao mesmo tempo, vazia e

transbordante (Scott 1997: 289). Ou seja, os pesquisadores que utilizam esta categoria não adotam, *à priori*, definições fechadas, mas buscam verificar como as diferenças corporais perceptíveis ganham e geram significados, e como estas significações são negadas, alteradas ou até eliminadas pelos grupos sociais em diferentes espaços e no tempo (Scott 1994: 13). Desta forma, negam a concepção binarista (homem X mulher) e a oposição entre sexo e gênero; o primeiro visto como dado natural e o segundo, produção cultural.

O uso do termo gênero não significa, portanto, a adoção de uma nova perspectiva historiográfica sobre a diferença sexual. Sem dúvida, a história das mulheres já havia insistido na revisão de muitos aspectos da historiografia, tais como as idéias de sujeito histórico universal, de fato histórico, de fonte oficial, de cronologia. Mas, como destaca Scott, ao buscar dar visibilidade e descrever a vida das mulheres no passado, ela tornou-se uma espécie de suplemento à “verdadeira” história – a das guerras, revoluções, embates políticos, organizações econômicas, etc. –, e centrou-se em temáticas ligadas ao feminino: casamento, família, maternidade, sexualidade, para só citar algumas (1992:75).

Foi com a problematização da história das mulheres e da própria categoria mulher, a partir da década de 80, que os trabalhos passaram a dialogar com a perspectiva pós-estruturalista, visando subsídios teóricos para pensar a diferença sexual e como esta se articulava às relações de poder. Mas a concepção pós-modernista de gênero não foi abraçada sem resistências. Como destaca Diva Muniz, as críticas se acirraram entre os historiadores em geral, mas “*principalmente entre as historiadoras sociais, feministas e marxistas*” e as que desenvolviam história das mulheres. (2008: 122). Para a autora, esta atitude de recusa à incorporação do gênero aos estudos históricos se relaciona ao apego a uma “*historia engessada em modelos esquemáticos e redutores, assentada em pretensas certezas*”, pois implica em rever o estatuto epistemológico da própria disciplina, para “*pensá-la múltipla, relativa e diferentemente*” (2008: 123).

O surgimento dos estudos históricos de gênero, portanto, não é fruto, como muitos parecem acreditar, de um lento processo de transformação que se iniciou com os movimentos feministas da década de 60 e os superou, mas de influxos diversos, opções teóricas e rompimentos políticos. Algumas historiadoras destacam as próprias transformações na forma de fazer história como influências decisivas para o desenvolvimento deste campo, como a Antropologia Histórica, a História das Mentalidades, a Micro-História, a História dos Marginais, a História Cultural e a História da Vida Privada, além de reflexões nascidas em outras áreas do conhecimento, em especial a Linguística e a Filosofia, como os neomarxismos, os partidários da desconstrução de Derrida e as novas concepções de poder formuladas por Foucault (Medina 1998: 18, Pedro e Soihet 2007: 284-285). A história das mulheres e os estudos de gênero co-existem, dialogam, mas partilham de perspectivas teóricas diversas para pensar a diferença sexual.

Também são diversas as relações entre a história das mulheres, os estudos de gênero e o movimento feminista. Sobretudo entre as novas gerações de pesquisadores, sem ligação histórica com os movimentos feministas, a adoção da categoria gênero e do paradigma pós-moderno é fruto unicamente de uma opção teórica, não de uma postura política<sup>5</sup>. Vale destacar que não partilho da idéia de que gênero é um termo neutro, desprovido de propósito ideológico. Defendo que todos os historiadores elaboram um discurso sobre o passado profundamente influenciado por suas vivências, compromissos, momento histórico, etc. Quero realçar, contudo, que nem todos vêem a sua produção historiográfica como um instrumento na luta pela visibilidade e igualdade

das mulheres. Esta postura tem suscitado críticas, devido “à ‘despolitização’ da pesquisa acadêmica”; “*por sua excessiva ênfase nas diferenças*”; “*por dissolver o sujeito político mulheres, e por restabelecerem distâncias entre a reflexão teórica e o movimento político*” (Pedro e Soihet 2007: 294).

### III. O paradigma pós-moderno

Sistematizado a partir da década de 60 do século passado, o chamado paradigma pós-moderno vem afetando diretamente a produção historiográfica, pois implicou no “*desaparecimento dos modelos de compreensão, dos princípios de inteligibilidade que foram de modo geral aceitos pelos historiadores*” até então (Chartier 1994: 97). A seguir, vamos apresentar, em suas linhas gerais, os principais elementos que caracterizam a visão histórica pós-moderna.

Em primeiro lugar, destaca-se a impossibilidade de reconstruir o passado, que só é acessado mediante os vestígios preservados. Não se trata de negar a realidade social constituída ou reduzi-la aos discursos. Contudo, a compreensão do passado, ou seja, a produção historiográfica, é sempre um discurso que se baseia na leitura crítica dos vestígios. Porém, como a neutralidade científica é negada, a subjetividade dos historiadores é realçada como elemento que particulariza a construção dos discursos sobre o passado. A idéia de um sujeito universal é, ela própria, fruto de uma construção cultural. Como destaca Milagros Rivera, “*el proceso de transformación de la criatura humana sexuada en sujeto neutro pretendidamente universal es un proceso propio, en Occidente, dela Edad moderna y de la Edad Contemporánea*”; este sujeito não era sequer concebido na Idade Média (2005: 17). Assim, como destaca Jenkins, “*a história é um discurso em constante transformação construído pelos historiadores e que da existência do passado não se deduz uma interpretação única*” (2001: 35). Eu ousou acrescentar que também é fragmentado e descontínuo, pois resulta dos recortes, opções e seleções dos historiadores, seus compromissos diversos, seu contexto histórico, como também dos que consomem a história e a divulgam.

Relacionado à subjetividade dos historiadores, há que sublinhar a ausência de transparência da linguagem. Como afirmei em outro texto (2002), os estudos de Semântica, Semiótica e Teoria Literária demonstraram que não há correspondência direta entre texto, autoria e contexto; os textos possuem leis próprias de estruturação e construção; não existem sentidos naturais ou verdades atemporais e universais. Desta forma, não é possível considerar que há uma relação automática entre os vestígios do passado e o passado, pois esses também são fruto da subjetividade dos que os produziram e os preservaram.

Assim, discute-se a fixidez e a naturalização dos conceitos, que passam a ser vistos como construções históricas subjetivas e dinâmicas. Questiona-se a universalidade e aplicabilidade dos conceitos a todas as sociedades e grupos humanos no decorrer da História.

Quanto à explicação dos fenômenos, há uma renúncia à busca por leis causais e gerais. Os estudos, portanto, centram-se na análise do particular e dos processos de significação, não das origens. Rompe-se com os esquemas explicativos binários e dicotômicos e privilegiam-se as explicações múltiplas, não necessariamente coerentes, destacando as variantes, as contradições, as descontinuidades.

A seguir, vamos discutir como o paradigma pós-moderno afeta os estudos de gênero. Para tanto, selecionamos alguns aspectos: a relação do sexo-gênero-

sexualidade; a construção dos objetos de pesquisa, a questão das fontes; o diálogo com a historiografia, e a explicação dos fenômenos.

### 3.1 A relação entre sexo-gênero-sexualidade

Os estudos de gênero, ao se basearem no paradigma pós-moderno, rejeitam o determinismo biológico e a idéia de que a distinção sexual é natural, universal, atemporal ou invariante. Como define Scott, gênero é o saber sobre a diferença sexual (1994: 12). Ou melhor, saberes. Mas, como demonstrou Laqueur, não só o gênero é visto como uma construção cultural, mas também o sexo. Assim, a despeito das diferenças anatômicas entre machos e fêmeas na espécie humana, cada sociedade constrói compreensões e cria fundamentos para estas diferenças visíveis (2001: 23). Como já defendia Scott, *“nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida”* (1994: 13).

A rejeição da naturalização das noções de sexo e de gênero não deve levar, porém, à visão de oposição entre os sexos. Como aponta Jane Flax, *“a não ser que vejamos o gênero como relação social, e não como oposição de seres inerentemente diferentes, não seremos capazes de identificar as variedades e limitações de diferentes poderes e opressões de mulheres (ou de homens) dentro de sociedades específicas”* (1991: 246).

A questão do caráter relacional do gênero, portanto, deve ser compreendida de forma mais ampla. Em primeiro lugar porque gênero é um saber, elaborado sobre as diferenças sexuais, que constitui as relações sociais. Porém, não é determinante; a diferença sexual não é o fundamento da organização social nem das hierarquias de gênero. Isto significa afirmar que os significados dados à diferença sexual estão presentes nas relações sociais de formas diversas e influenciando de maneiras distintas.

Em segundo, é uma forma primária de relação significativa de poder. Ou seja, funciona como uma espécie de matriz para dar significado a outras relações de poder além das existentes entre homens e mulheres. Pensar os saberes sobre a diferença sexual como oposição ente os sexos é, portanto, limitar as possibilidades de análise. A dimensão relacional do gênero, com seu caráter dinâmico e como forma de significar o poder, não deve limitar-se ao estudo das relações entre homens e mulheres, mas também das relações entre os homens, entre as mulheres e de como a diferença sexual se articula, ou não, aos outros aspectos do social.

Em terceiro, não é possível pensar sexo e gênero de forma coerente, já que o saber sobre a diferença sexual também constitui a construção de identidades subjetivas de forma múltipla. Deste modo, assim como o sexo anatômico não é o fundamento do gênero, sexo e gênero não determinam a sexualidade, a identidade e os papéis sexuais de um dado indivíduo. Assim, também na escala individual, é importante trabalhar com diferentes dimensões relacionais: a anatomia, a subjetividade de gênero, os papéis sexuais e a sexualidade, ou melhor, o desejo.

Finalizando, por seu caráter de categoria vazia e transbordante, o gênero ganha diversos sentidos nos contextos de luta pelos poderes e implica em relações de dominação, que estão presentes e são legitimadas no âmbito das instituições, nas normas, nas práticas, na adoção de papéis sociais, na construção das identidades subjetivas e coletivas, pelos símbolos e pelas representações. Por isto, é possível afirmar que o gênero está presente em todos os aspectos da experiência humana, constituindo-os, ainda que parcialmente, mas não de forma harmônica ou coerente.

### 3.2 A construção dos objetos

Os estudos de gênero estão atentos a como, em diversas sociedades e momentos, uma dada visão de gênero construiu-se e impôs-se discursivamente para um grupo, apontando para a sua historicidade, verificando como ela se articulou às relações de poder, desconstruindo-a.

Desta forma, no campo dos estudos de gênero são desenvolvidas investigações qualitativas, atentas ao exame em micro-escala, focando no particular. Assim, os objetos de pesquisa são formulados com recortes espaciais e temporais bem específicos, que não impliquem em generalização. Como o estudo das representações é privilegiado, são comuns os trabalhos sobre o pensamento de determinados autores ou materiais de origem institucional. Como a meta é articular a construção das significações com as relações de poder, os objetos também podem vincular o estudo de personagens específicos com instituições.

A própria Scott, ao destacar que o gênero compreende quatro elementos inter-relacionados – os símbolos, os conceitos normativos, as noções políticas, as instituições, as organizações sociais e as identidades subjetivas e genéricas (1997: 289-290) – acaba por sugerir diversos objetos de pesquisa para o historiador.

Por fim, como o estudo de gênero de matriz pós-moderna não privilegia o estudo das mulheres, mas a construção do saber sobre a diferença sexual e sua atuação nas relações sociais, os objetos de pesquisa não precisam se restringir aos temas tradicionalmente relacionados ao feminino, como maternidade, bruxaria, virgindade, casamento, moda, etc. Por que não construir objetos de pesquisa em temáticas mais inclusivas, como santidade, vida religiosa, guerras, monarquias, verificando como o saber sobre a diferença sexual se articula a um dado fenômeno social?

### 3.3 A explicação dos fenômenos

Em harmonia com o paradigma pós-moderno, mesmo sem renunciar à narrativa histórica, os estudos de gênero não privilegiam a descrição dos fenômenos, mas a desconstrução dos discursos de gênero, que implicam na configuração de instituições, representações e práticas, verificando como eles atuaram nas relações de poder. Ou seja, buscam compreender como o gênero interage com outros aspectos da vida social.

Assim, ao invés de descrever como homens e mulheres viviam numa determinada sociedade em um dado período, o foco está em verificar como estas relações foram representadas, como funcionaram para legitimar relações de dominação ou como foram relidas e negadas. Desta forma, as pesquisas visam realçar as incoerências, as discontinuidades, os conflitos de sentido e as contradições das significações de gênero.

Na explicação dos fenômenos, também não são buscadas as origens ou as causas. Como destaca Butler, mais do que origem e causa, as categorias de identidade “*são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos*” (2003: 9). A questão central, como já destacado, é discutir como em um dado lugar e período a diferença sexual é constituída e como se relaciona a específicas relações de poder. Logo, as origens ou as causas deixam de ser o foco, que passam a ser as construções e desconstruções discursivas, variantes na História.

Associado a uma explicação que recusa as causas e as origens, os estudos de gênero também negam os determinismos, inclusive os dos próprios discursos sobre a diferença sexual. Como aponta Jane Flax, o gênero está presente em todos os aspectos

da experiência humana, mas constituindo-os parcialmente (1991: 230). Assim, a meta não é explicar como o gênero determinou ou causou um dado fenômeno, mas como se articulou a outros elementos de natureza diversa para a explicação das relações de poder.

Recomendo o uso de variáveis, consideradas também como categorias vazias e transbordantes, pois ganham sempre novos significados. Como destaca Scott: “*os significados são criados através da diferenciação e estes organizam o saber sobre o mundo*” (1994: 24). Articular o estudo do gênero com variáveis diversas, como educação, comércio, normas eclesiásticas, etc., permite não só verificar as diferentes formas como o discurso sobre a diferença sexual se constitui, mas também como atuam em distintos aspectos do social.

Além das variáveis, para o estudo do gênero, outras categorias, pensadas em sua dimensão dinâmica, podem ser úteis, tais como a de assimetria, hierarquia, negociação e micro-poderes. Ao serem estudados os discursos sobre a diferença sexual, é possível verificar, por exemplo, que hierarquias ou assimetrias estabelecem, se tais discursos abrem espaços ou resultam de negociação. A última categoria, micro-poder, concebida a partir de Foucault, permite pensar o poder que não emana de centro, que está presente em diversos setores da sociedade, e que realça os conflitos. Ainda que presente na definição de gênero de Scott, quero sublinhar um último conceito, o de saber, também elaborado por Foucault. A autora se apropria deste, apresentando-o como a compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, que não é absoluta nem verdadeira, mas sempre relativa.

Por fim, para enfrentar a crítica do excesso de particularismo da pesquisa histórica pós-moderna, mas sem renunciar aos seus pressupostos teóricos, recomendo a comparação como uma saída possível. Partindo de casos particulares, é possível montar séries discursivas, traçando conclusões mais gerais, sem, porém, dedicar-se a encontrar “leis” históricas, já que o objetivo é verificar as semelhanças e diferenças nos fenômenos de significação elaborados por sujeitos ou grupos.

### 3.4 A questão das chamadas fontes primárias

O paradigma estruturalista, ao romper com a idéia da transparência da linguagem e com os conceitos ahistóricos e universais, acabou por repensar também a natureza das chamadas fontes primárias ou documentos. Como já assinalamos, o discurso historiográfico se fundamenta nos vestígios do passado. Contudo, nem o conjunto de todos os vestígios do passado é capaz de nos fazer reviver o que passou, ainda que permita uma aproximação com o próprio passado. Assim, concordo com Eleonora Costa, “*em vez de pretender trabalhar os indícios históricos (fontes) com a convicção de que esses nos levam à reconstrução do acontecimento, tomamo-los como uma construção discursiva. Ou seja, a fonte histórica é também um acontecimento que deve ser desvendado como construção discursiva, como monumento*” (1994: 190). E, acrescentamos, como portadores de significações de gênero.

Em coerência com os pressupostos pré-modernistas, muitos historiadores não têm empregado as terminologias fonte e documento para os vestígios do passado, pois elas sugerem que basta analisá-las para se reencontrar o passado. Assim, no tocante ao material escrito, tais historiadores optam pelo termo texto, pois ele implica em reconhecer a dinâmica de sua produção, transmissão e interpretação, traduzindo a idéia de que os textos do passado não são meros reflexos do seu contexto, mas a única realidade possível de ser alcançada pelo historiador. Logo, ao pesquisar o passado, de

fato, os especialistas analisam os textos que hoje estão disponíveis. No caso específico dos estudos de gênero, buscam as significações das diferenças sexuais que tais textos são portadores.

Para o desenvolvimento dos estudos de gênero, que não estão preocupados em encontrar leis ou explicações gerais, os materiais quantificáveis não são uma exigência. Por outro lado, como o escopo principal não é descrever a vida das mulheres no passado ou suas relações com os homens, não há que, necessariamente, privilegiar textos que façam referências diretas às relações entre os sexos ou às “coisas de mulher”. Como os estudos de gênero questionam a própria idéia essencialista de mulher, seus escritos também não são considerados preferenciais.

Como já sublinhamos em diversos pontos do texto, os estudos de gênero não estudam a vida das mulheres ou as relações entre homens e mulheres no passado, mas como constituem, perpetuam-se e atuam os saberes sobre as diferenças sexuais. Se considerarmos, como já foi assinalado, que o gênero está presente em todas as dimensões da vida social, qualquer testemunho do passado pode ser utilizado como texto para análise do gênero. Não há que ser textos escritos por mulheres nem há que se preocupar em buscar materiais que façam, necessariamente, referências diretas às relações entre homens e mulheres. Assim, a falta das chamadas fontes primárias femininas é, para os estudos de gênero, um falso problema. Este dado é fundamental para os medievalistas brasileiros, que trabalhamos, na grande maioria dos casos, com edições impressas de textos medievais e sem acesso aos materiais que se encontram nos arquivos e ainda não publicados.

Por fim, vale destacar o caráter central do diálogo crítico com a historiografia. Como tratam-se de discursos sobre o passado, longe de serem neutros e objetivos, também registram, auxiliam na produção e perpetuação de saberes sobre a diferença sexual (Scott 1994: 13). Assim, não basta analisar os textos/vestígios do passado. Há que desconstruir as “verdades” que a historiografia propaga.

#### **IV. Palavras finais**

Como salientei no início do texto, meu objetivo neste trabalho era apresentar uma síntese sobre os principais desafios que os estudos de gênero de matriz pós-moderna apresentam aos que desejam se dedicar a este campo. Longe de propor posicionamentos inquestionáveis, o que seria um contra-senso face ao paradigma adotado, a idéia é provocar reflexões.

Os estudos históricos de gênero desenvolvidos pelos medievalistas brasileiros ainda são muito raros e carecem de rigor teórico, oscilando entre referenciais teóricos diversos. Esta confusão, em parte, pode ser explicada pelo fato da separação entre a história das mulheres e os estudos de gênero ainda não ter sido consolidada na Academia, sobretudo devido ao diálogo constante com os movimentos feministas e outras áreas do conhecimento. Vale destacar, também, que meu propósito não foi privilegiar os estudos de gênero em detrimento da história das mulheres, mas apontar para as suas diferentes filiações teóricas.

Creio que, para os medievalistas, devido à impossibilidade de acesso aos textos medievais ainda não publicados, os estudos de gênero pós-modernistas apresentam uma opção vigorosa ao propor análises sobre os saberes/significações sobre a diferença sexual aliado ao das hierarquias, assimetrias, negociações e micro-poderes, sem a pretensão de propor conclusões gerais.

## BIBLIOGRAFIA

- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, C. F. História e Paradigma Rivais. In: \_\_\_\_\_. e VAINFAS, R. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 1-23.
- CHARTIER, R. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, 1994, p. 97-113.
- COSTA, E. Z. Sobre o Acontecimento discursivo. In: SWAIN, T. N. (Org.) *História no plural*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 189-207.
- FLAX, J. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. (Org.) *Modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 217-250.
- JENKINS, K. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LAQUEUR, T. *Inventando o Sexo. Corpo e Gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- MATOS, M. I. História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas. *Caderno Espaço Feminino*, v. 3, n. 1-2, p. 35-50, 1996.
- MEDINA, M. C. Comentários críticos a algumas categorias históricas: sexo, gênero y clase. *Anales Nueva Epoca*, n. 1, p. 11-36, 1998.
- MUNIZ, D. C. G. Sobre gênero, sexualidade e o *Segredo de Brokeback Mountain*: uma história de aprisionamentos. In: STEVENS, C. M. T., SWAIN, T. N. (Org.). *A Construção dos Corpos. Perspectivas Feministas*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2008, p. 117-140.
- PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, v. 24, n.1, p.77-98, 2005.
- RIVERA GARRETA, M. M. *La diferencia sexual en la Historia*. Valência: Universita de Valencia, 2005.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para los estudios históricos? In: LAMAS, M. (Org.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. Cidade do México: PUEG, 1997, p. 265-302.
- \_\_\_\_\_. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.
- \_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos? *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, dez. 1990.
- SILVA, A. C. L. F. da. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. *Cronos: Revista de História*, Pedro Leopoldo, n. 6, 194-223, 2002.
- \_\_\_\_\_. Reflexões sobre o uso da categoria gênero nos estudos de história medieval no Brasil. In: *Jornadas de Historia de las mujeres*, 8, Congresso Iberoamericano de Estudios de Gênero, 3, 2006. Villa Giardino, 25 a 28 de outubro de 2006. Diferencia, desigualdad: construimos em la diversidad. *Atas...* Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2006 (CD-ROM).
- SOIHET, R., PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, 2007, p. 281-300.

## NOTAS

<sup>1</sup> O Paradigma Pós-moderno também é denominado como pós-estruturalista. Sobre este paradigma ver Cardoso 1997:1-23.

<sup>2</sup> Optei pelo “eu” visando realçar as implicações teóricas da adoção do pós-modernismo, que destaca a subjetividade dos sujeitos.

<sup>3</sup> Neste caso, os trabalhos usam a expressão “relações de gênero”.

<sup>4</sup> Utilizamos, aqui, a terminologia elaborada por Cardoso 1997: 1-23.

<sup>5</sup> Este dado pode ajudar a explicar o crescente interesse pelos estudos de gênero também por parte dos homens sem vínculos com movimentos GLS.